

**Globalização: A grande desilusão, de Joseph
Stiglitz. Uma obra que responsabiliza o *Consenso
de Washington*, o FMI e o BM pelo seu fracasso**

Ermelinda Liberato



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/1211>

DOI: 10.4000/mulemba.1211

ISSN: 2520-0305

Editora

Edições Pedagogo

Edição impressa

Data de publicação: 1 novembro 2016

Paginação: 337-350

ISSN: 2182-6471

Refêrencia eletrónica

Ermelinda Liberato, «Globalização: A grande desilusão, de Joseph Stiglitz. Uma obra que responsabiliza o *Consenso de Washington*, o FMI e o BM pelo seu fracasso», *Mulemba* [Online], 6 (12) | 2016, posto online no dia 30 setembro 2018, consultado o 26 janeiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/1211> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.1211>

Globalização: A grande desilusão, **de Joseph Stiglitz.** **Uma obra que responsabiliza o** **Consenso de Washington,** **o FMI e o BM pelo seu fracasso***

Ermelinda Liberato**

Em português e numa cuidada edição da Terramar, a obra *Globalização: A grande desilusão*, de Joseph Stiglitz, é um ensaio eminentemente económico sobre a actual situação da economia global onde o autor tenta definir não só o conceito de globalização, as suas vantagens e desvantagens, mas também explicar o que correu mal para aqueles que a consideram uma desilusão. Com prefácio de António Simões Lopes, a obra mostra a partida um grande desafio para quem a lê.

Dividida em nove capítulos, a obra tenta mostrar o que se tem feito ao longo dos últimos anos em várias partes do mundo, desde a aplicação e falhanço dos programas do Fundo Monetário Internacional (FMI), à uma necessidade de reforma da instituição. Para melhor ilustrar a sua linha de raciocínio, Stiglitz utiliza como exemplo os países da Ásia (onde a globalização foi um sucesso), os países africanos (onde a globalização foi um desastre) e os países recém-saídos de

* Recensão à obra de Joseph STIGLITZ, *Globalização: A grande desilusão*. Prefácio de António Simões Lopes; tradução de Maria Filomena Duarte. Lisboa, Terramar, 2004, 334p.

** Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN).

uma economia comunista, tomando como exemplo a Rússia (onde a globalização foi uma desilusão).

Que fenómeno é este o da globalização, que suscita ao mesmo tempo tantas críticas e tantos elogios? Qual é o papel do FMI, do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC)? Porquê que a globalização funcionou nos países asiáticos e não funcionou nos países africanos e na Rússia? São estas e outras questões que o autor se propõe responder ao longo da sua obra.

O Capítulo I, «*A promessa das instituições internacionais*» (pp. 39-59) funciona como uma espécie de introdução geral à obra, onde Stiglitz começa por estruturar a sua linha de raciocínio: mostrar as várias faces da globalização numa tentativa de chegar a uma definição. Segundo o autor, este fenómeno é controverso e apresenta duas faces: por um lado, foi graças à globalização que uma parte da população teve acesso a conhecimento nunca antes alcançado, que se verificou a abertura do comércio internacional que ajudou muitos países a crescerem rapidamente. Por outro, assistimos ao aumento da desigualdade, pois, para muitas pessoas dos países em desenvolvimento «*a globalização não trouxe as prometidas vantagens económicas*», aumentando os níveis de pobreza.

Porém, não é possível compreender o fenómeno da globalização se não soubermos o que é o FMI, o BM, a OMC e o *Consenso de Washington*, instituições apontadas como responsáveis pelo seu surgimento. O FMI e o BM foram criados na Conferência de Bretton Woods em 1944 e tinham como objectivo «*salvar*» o mundo de futuras depressões económicas. A criação do FMI assentou na convicção que era necessária uma acção colectiva a nível global para alcançar a estabilidade económica ao passo que ao BM competiam os problemas estruturais: a natureza das despesas do Estado, as instituições financeiras do país, o mercado de trabalho e as políticas comerciais. A OMC foi criada em 1995 com o objectivo de reger as relações comerciais internacionais. Como não é a OMC que dita as regras, esta limita-se apenas a fiscalizar o cumprimento das mesmas.

Nos anos 1980 foi criado o *Consenso de Washington*, um «*consenso*» entre o FMI, o BM e o Tesouro dos Estados Unidos, que tinha como objectivo a aplicação das políticas certas para os países em desenvolvimento. O *Consenso* aplica medidas como a liberalização do mercado de capitais, ênfase nas exportações, redução do investimento público, uniformidade de receitas, etc. Todas as imposições colocadas por qualquer uma das instituições acima referidas revelaram-se

um fracasso para quem as aplicou, sobretudo para os países em desenvolvimento.

O Capítulo II, intitulado «*Promessas incumpridas*» insere-se num esforço de Stiglitz de mostrar o que correu mal em África para a globalização não ter atingido os resultados esperados. O autor começa o capítulo a explicar, de forma sucinta, quais são as funções das duas maiores instituições internacionais «*responsáveis*» pelo funcionamento da globalização: o FMI e o BM, em que uma «*dedica-se à erradicação da pobreza e a outra à manutenção da estabilidade global*». É com estas duas instituições que os países de todo o mundo têm de conversar se precisarem de ajuda internacional, sobretudo ajuda económica. Para melhor ilustrar essa relação entre o FMI/BM e os países que a eles recorrem, Stiglitz dá como exemplo o caso da Etiópia, do Botswana, do Uganda e do Kenya.

Em 1997, a Etiópia tinha uma situação macroeconómica saudável, tinha-se concentrado na redução da pobreza e reduzido drasticamente as despesas militares e, apesar de possuir todas as características para o qual a comunidade internacional deveria prestar auxílio, o facto é que se encontrava envolvida numa disputa com o FMI porque este suspendera o seu programa de investimento, argumentando que a situação orçamental do país era preocupante. Os pontos de fricção entre a Etiópia e o FMI não se ficam por aqui. O FMI considerava que todos os países tinham obrigação de lhe prestar contas acerca de tudo o que estivesse relacionado com o empréstimo e a Etiópia via nisso uma nova forma de colonialismo. O FMI queria que a Etiópia liberalizasse o seu mercado financeiro à concorrência ocidental e que dividisse o seu maior banco em vários bancos. Mas tais medidas não tinham fundamento uma vez que não se enquadravam no nível de desenvolvimento do país.

Um outro exemplo africano dado pelo autor é o caso do Botswana, um país que, apesar de pobre, conseguiu estabilizar a sua situação económica graças a um «*consenso político assente num sentimento amplo de unidade nacional*». Mas o Botswana possui diamantes e desde a sua independência que se tem mantido estável, sem confrontos militares, como foi o caso da Etiópia. Além disso, desde 1981 que o Botswana não recorre ao FMI.

Também para o Uganda a situação melhorou muito no período pós-Idi Amin. O seu actual líder, Yoweri Museveni fez reformas notáveis, investindo sobretudo na educação e no combate à *sida*. Ao contrário destes países, o Kenya é um exemplo de como as coisas não

funcionaram. Ao enfrentar uma crise, o Kenya depositou todos os poderes de decisão no FMI, que se aproveitou da crise para impôr o seu programa político. E o resultado está à vista: aumento da corrupção e da pobreza.

Apesar de se encontrarem numa situação difícil em relação ao resto do mundo, o autor afirma que estes países podem ser considerados casos de sucesso graças aos seus dirigentes que se preocupam com o bem-estar do seu povo. Mas não se pode esconder a verdadeira realidade, estes países, tal como os restantes países da África subsahariana têm democracias frágeis e tentam se reerguer da herança colonial que os deixou sem estruturas básicas e sem recursos humanos. Neles também é visível o contraste entre os ricos e os pobres, o êxito e o fracasso, o que se fez e o que se pode fazer e, sobretudo, o aumento galopante da corrupção, características resultantes da imposição de medidas austeras por parte das instituições internacionais, que não dão voz aos pobres e determinam as condições de modo a nunca serem prejudicadas.

No terceiro capítulo, intitulado «*Liberdade de escolha?*» (pp. 95-133), Stiglitz desenvolve os três pilares do *Consenso de Washington*, a saber: a austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização do comércio. Pilares estes que têm norteado toda a economia mundial, sobretudo aqueles que recorrem à ajuda do FMI e do BM.

Quem recorre à ajuda internacional são os países pobres, na esperança de melhorarem a sua situação. Na maioria dos casos, senão em todos, os países não têm outra alternativa senão aceitarem as medidas que lhes são impostas. O FMI impõe a privatização argumentando que o Estado gere mal as suas empresas, mas o facto é que a maioria dos trabalhadores nos países pobres trabalham para o Estado. É-lhes também imposta a liberalização, isto é, «*o fim da interferência do Estado nos mercados de capitais e a eliminação das barreiras comerciais*». Mas tanto a liberalização como a privatização geram lacunas porque criam desemprego uma vez que o investimento estrangeiro é muito reduzido e, por outro lado, faz aumentar a corrupção uma vez que as empresas estatais serviam como saída de capitais para fins privados. Mas a recomendação do FMI para a criação de emprego era simples: eliminar a intervenção do Estado, baixar os impostos, reduzir a inflação ao mínimo possível e convidar os empresários estrangeiros a investir no país. Mas para tal é preciso ter atenção ao ritmo que se impõe aos países e às condições sociais em que vivem. O FMI

não tem em conta factores como: a criação de emprego, a reforma agrária, melhoria do sector da educação e da saúde, indemnização para quem perde o emprego, etc.; logo, assiste-se a uma precarização a nível de todos os sectores e ao aumento da desigualdade e da pobreza, criando uma série de círculos viciosos, tal como se pode observar: «a alimentação insuficiente provoca doenças, que reduzem a sua capacidade de ganhar dinheiro, o que só contribui para agravar o estado de saúde. No limiar da sobrevivência, eles não conseguem mandar os filhos à escola e, sem educação, eles ficam condenados a uma vida de pobreza».

A maior parte dos países não sabe gerir as medidas impostas pelo *Consenso de Washington*, resultando em crises mal geridas um pouco por todo o lado, que culminaram em aumento da pobreza. Como cada época e cada país são diferentes, é preciso ter em conta estas diferenças e fazer opções consoante o caso, mas sobretudo, é preciso mudar as mentalidades, não só dos países, mas também das instituições internacionais.

O quarto capítulo «*A crise Este-Asiática: como as políticas do FMI deixaram o mundo à beira do colapso global*» (pp. 135-182), explica as razões que levaram ao colapso dos países asiáticos após trinta anos de crescimento e redução da pobreza, a qual lhes foi atribuído o nome de «*milagre asiático*». A esse milagre devem-se as mediadas aplicadas por cada um dos países: taxas de poupanças, investimento na educação (qualificação dos recursos humanos), política industrial orientada pelo Estado, criação de empresas eficientes. Numa só palavra, medidas que eram contrárias àquelas impostas pelo FMI e pelo *Consenso de Washington*, que defendiam sobretudo uma intervenção mínima do Estado e para as quais estes países ignoraram, uma vez que o Estado interveio na configuração e orientação dos mercados.

Neste capítulo, o autor conduz-nos a uma viagem pelo continente asiático e mostra a verdadeira face da crise asiática, apontando dois modelos diferentes da crise:

- *Coreia do Sul*, cedeu à pressão dos Estados Unidos da América (EUA) e autorizou as suas empresas a contraírem empréstimos no estrangeiro, o que levou mais tarde à não renovação dos mesmos e ao início das dificuldades;
- *Tailândia*, endividamento a curto prazo e aumento das taxas de juro.

A medida que a crise evoluía o desemprego aumentava, o PIB diminuía e os bancos encerravam. A crise que se verificava num país rapidamente se alastrou aos outros países da região e posteriormente ao resto do mundo. Após décadas de crescimento regista-se assim uma queda brusca para a qual o autor salienta as seguintes causas:

- Imposição da liberalização nos anos 1980/1990 apesar de não ser necessário, o que conduziu à dependência dos caprichos dos investidores;
- Falta de apoio por parte do FMI na fase inicial da crise;
- Incapacidade do FMI de avaliar a importância das interações entre as políticas seguidas nos vários países;
- Contágio da crise para os países vizinhos. A medida que um país enfraquecia, reduzia as importações provenientes dos seus vizinhos e arrastava-os para o fundo;
- Políticas de austeridade orçamental e monetária aliadas a medidas financeiras inadequadas;
- Aumento astronómico das taxas de juro.

O Japão quis sair em socorro destes países e propôs a criação de um fundo monetário asiático, mas foi logo posto de parte pelo *Consenso de Washington* e pelo FMI que, apesar de defenderem a concorrência dos mercados não queriam ter concorrentes.

Ao dar o exemplo da China e da Malásia, Stiglitz sustenta a teoria de que foram as medidas impostas pelas instituições internacionais as responsáveis pela crise na Ásia, uma vez que estes dois países conseguiram escapar à crise porque seguiram o trajecto oposto àquele imposto pelo FMI.

Actualmente na Ásia correm rumores de que a crise foi causada de propósito pelo FMI, no intuito de enfraquecer a região que mais cresceu nos últimos 30 anos. Mas o autor não subscreve esta teoria que o FMI estava a defender os interesses da comunidade financeira ocidental e não o dos países que precisavam de apoio. E salienta que seria importante o FMI ter aprendido com os erros cometidos na Ásia, mas tal não se verificou e voltou a aplicar as mesmas medidas em países como a Rússia, Brasil e Argentina. Também os países africanos foram apanhados nesta armadilha e os seus efeitos foram mais duradouros, mas nem por isso mais conhecidos do resto do mundo.

O quinto capítulo o autor intitulou de «*Quem deitou a perder a Rússia?*» (pp. 183-218). A proposta que este capítulo expõe convida-nos

a um olhar sobre a história económica da Rússia nos últimos oitenta anos. Desde a adopção do socialismo que dominou a Rússia (na altura União Soviética) durante cerca de setenta anos, à adopção da economia de mercado nos anos 1990 e que conduziu a Rússia ao colapso, transformando a globalização na grande desilusão dos últimos anos.

O programa de estabilização/liberalização/privatização, que se destinava a criar as condições indispensáveis ao crescimento abriram caminho para o colapso. O investimento estagnou, os capitais esgotaram-se e registou-se uma autêntica pilhagem dos activos. Para agravar ainda mais a situação, o preço do petróleo, produto essencial na exportação russa, registou quedas acentuadas. Para atenuar a crise, a Rússia recorreu ao FMI que emprestou milhares de milhões de dólares mas que começaram a aparecer em contas bancárias do Chipre e na Suíça. Este endividamento, que ainda está a ser pago pelo povo russo, fez aumentar drasticamente os níveis de desigualdade e de pobreza, considerados como os piores do mundo.

Ao aplicar as suas políticas austeras, o FMI esqueceu-se de factores importantes como:

- Pobreza;
- Desigualdade;
- Capital social: que atrasou todo o processo de reestruturação porque até os mais insensíveis evitavam o despedimento porque sabiam que estavam a condenar pessoas a morrer à fome.

Apesar de todas as críticas que são dirigidas ao comunismo, o facto é que durante o seu tempo, este manteve os níveis de vida, proporcionou educação, habitação e cuidados de saúde de qualidade. A democracia e o capitalismo «*imposto*» destruíram a classe média, favoreceram a criação de um sistema capitalista nepotista e mafioso, criou uma instabilidade política e uma degradação dos padrões mínimos de vida.

No Capítulo VI «*As leis injustas do comércio justo e outros malefícios*» (pp. 219-233) e no Capítulo VII «*Melhores acessos ao mercado*» (pp. 235-250), Stiglitz expõe as medidas que a seu ver deveriam ter sido levadas em conta e, explica o porquê do sucesso da China em comparação com o insucesso da Rússia, ambos países com uma forte tradição comunista.

Segundo o autor, muita gente na Rússia, tal como na Ásia considera que o fracasso das políticas do FMI não foi accidental mas

deliberado, tese que, como já vimos antes, o autor não subscreeve. Stiglitz defende a ideia de que foram os interesses laborais e patronais, nomeadamente a criação de barreiras intransponíveis às importações, que deitaram tudo a perder na Rússia. Por um lado, disseram a Rússia que a primeira condição para ter êxito na economia de mercado seria a liberalização do comércio, mas quando esta quis exportar alumínio e urânio para os Estados Unidos encontrou muitas barreiras alfandegárias intransponíveis. Em seguida disseram que a concorrência era saudável, mas os Estados Unidos detinham o monopólio da venda de alumínio e de urânio. Para tornar ainda mais difícil a situação, disseram à Rússia que privatizasse depressa e honestamente, esquecendo-se que tal processo demora muito tempo para se concretizar com êxito e um exemplo disso é que o próprio Estados Unidos levou anos a privatizar e o seu processo foi posto em causa. Stiglitz chama a atenção para os nossos actos, isto é, não basta dizermos para os outros fazerem, é preciso dar o exemplo.

Em seguida o autor aponta o caminho seguido pela China como exemplo a seguir. A China é o país que mais cresceu nos últimos anos e como já foi referido, foi dos poucos países que seguiu o caminho oposto àquele imposto pelo FMI e pelo *Consenso de Washington*, isto é, não privatizou apressadamente, optou por criar um «*nova economia*» com a criação de novas empresas, abriu o mercado às empresas estrangeiras, deu prioridade à criação da concorrência, de novas empresas e de empregos, liberalizou os mercados gradualmente, apostou na formação dos recursos humanos e eliminou postos de trabalho inúteis.

Neste momento a economia chinesa atravessa um dos melhores momentos da sua história. Longe vão os anos da *Revolução Cultural* e da fome. A Rússia deve seguir os mesmos passos e concentrar-se apenas na macroestabilidade, evitar novas pilhagens, atrair investidores, criar um Estado de direito e sobretudo, cobrar impostos.

Como instituição política, o FMI deveria ter dado um apoio maior ao processo democrático, ajudando jovens que lutavam contra a corrupção e ter-se concentrado numa visão muito estreita da economia ao utilizar um modelo económico particularmente limitado. É preciso criar grupos de reflexão, de diálogo público, apoiar a liberdade de imprensa, educar uma nova geração, etc., etc.

No Capítulo VIII, «*O outro programa do FMI*» (pp. 251-270), Stiglitz faz um balanço do FMI desde a sua criação. Começa por dizer

qual o verdadeiro objectivo do FMI, pelo menos aquele que foi traçado aquando da sua criação «*promover a estabilidade global, ajudar os países em desenvolvimento em fase de transição a atingir não só a estabilidade como o crescimento*». Actualmente, o FMI considera que os mercados em geral funcionam bem e que os estados funcionam mal e pressiona os países em desenvolvimento para implementarem medidas mais restritivas e menos expansionistas.

Na opinião do autor, o FMI ainda não articulou uma teoria coerente da deficiência do mercado que justifique a sua própria existência e as suas intervenções específicas. Além do mais, os problemas com que o FMI se depara são difíceis e complexos e as tomadas de decisões têm que ser aprovadas num curto espaço de tempo. O FMI nunca quis prejudicar os pobres e acreditou sempre que as medidas que tomava estavam a ajudá-los e não o oposto. Os maus resultados foram o resultado das más avaliações e foram concedidos no intuito de ajudar quem precisava deles.

O Capítulo IX, «*O caminho do futuro*» (pp. 271-312), funciona como uma conclusão, onde o autor apresenta de forma sucinta o que explicitou ao longo da obra. Começa por concluir que, apesar do sucesso da globalização na Ásia Oriental, o facto é que esta não está a funcionar, principalmente para os países mais pobres, para o ambiente que tem sido degradado, para a estabilização da economia mundial e, sobretudo, tem contribuído para o aumento da pobreza.

Se a globalização abre os mercados e elimina barreiras entre os países, se funciona para uns porque que não funciona para outros? O problema está nas instituições económicas: FMI, BM e OMS que definem as regras do jogo e na maioria dos casos servem os interesses dos países industrializados e não os dos países em desenvolvimento. O autor também acredita que a globalização possa ser reformulada, assim como as instituições internacionais. Mas o maior desafio consiste em alterar as mentalidades, é necessário cuidar do ambiente, dar voz aos pobres, promover a democracia e o comércio justo. Mas para tal, é preciso:

- Reconhecer os perigos da liberalização dos mercados de capitais e admitir que os fluxos de capitais a curto prazo impõem enormes externalidades e custos suportados por outros;
- Reformular o processo de falência e recorrer às suspensões temporárias dos pagamentos;
- Confiar menos nas operações de salvamento;

- Aperfeiçoar a regulamentação bancária — tanto na concepção como na sua implementação — nos países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- Aperfeiçoar a gestão do risco;
- Aperfeiçoar as redes de segurança;
- Aperfeiçoar a capacidade de respostas às crises;
- Responsabilizar o FMI pelo falhanço das suas políticas.

Também é preciso humanizar a globalização, isto é, é preciso respeitar as tradições que normalmente são corroídas pela globalização. Para tal, é preciso que este processo seja implementado de forma gradual de modo a que as instituições tradicionais se adaptem as mudanças.

A globalização ajudou milhares de pessoas a melhorarem de vida, mas também ajudou a degradar a vida de muitas pessoas. Se esta continuar a ser conduzida como tem sido até ao momento, não só não conseguirá promover o desenvolvimento como continuará a criar pobreza e instabilidade.

Depois da leitura e análise da obra já é possível darmos uma definição de globalização. Baseado nas explicações e exemplos dados por Stiglitz, podemos dizer que a globalização consiste na abertura dos mercados, na integração económica, social e cultural de todos os países do mundo. Este processo, desencadeado pelo Ocidente e intensificado logo a seguir ao fim da guerra-fria, quando os Estados Unidos deixaram de ter a União Soviética como travão ao seu expansionismo, surgiu com a evolução dos novos meios de comunicação e das tecnologias de informação.

Hoje o termo globalização faz parte do nosso quotidiano. Mas apesar de ser conhecida pela maioria como sendo integração económica, a verdade é que o seu conceito é muito mais vasto pois estamos perante um fenómeno com dimensões sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, integradas de um modo complexo. No entanto, esta obra de Stiglitz centra-se mais no conceito de integração económica, onde palavras como: privatização, liberalização, mercado de capitais, desenvolvimento, entre outras, ditam as regras. Estas medidas impostas pelos países mais ricos aos países mais pobres como necessárias para estarem no caminho certo do desenvolvimento têm-se revelado mais catastróficas do que benéficas.

Para os países do Ocidente e para alguns países da Ásia este fenómeno é um sucesso. As multinacionais ocidentais vêm na abertura

dos mercados uma oportunidade para se expandirem. Os países asiáticos abrem as suas portas ao investimento estrangeiro em troca de mão-de-obra qualificada mais barata. Assistimos assim a uma deslocação das empresas ocidentais para os países asiáticos. Beneficiam os países mais ricos e alguns países asiáticos, sobretudo aqueles que são apoiados pelos Estados Unidos.

E qual o papel dos países mais pobres neste contexto? Estes são os que mais sofrem, sobretudo os países africanos, que na sua maioria se encontram economicamente arrasados, saídos de extensas guerras de libertação e sem recursos humanos qualificados para fazer frente a esta situação. Como resultado, vemos aumentar os índices de desigualdade e de pobreza, não só entre os países ricos e os países pobres, mas também entre os ricos e pobres dentro do mesmo país.

Deste modo, podemos afirmar que a globalização tanto pode ser um aspecto positivo como negativo, dependendo do ponto de vista. O desenvolvimento das tecnologias de informação pode ser um aspecto positivo se este servir para ajudar os povos na troca de informação sobre vários assuntos, desde económicos, questões de saúde, educação, etc., mas também pode ser um aspecto perverso porque está a ser utilizada por grupos terroristas para espalhar o pânico geral (exemplo: o 11 de Setembro), está a ser utilizada por pedófilos para espalharem imagens das suas vítimas, fazendo aumentar assim os casos de rapto e prostituição de menores.

Se a abertura dos mercados é um factor positivo para a economia mundial pois diminui os gastos para o consumidor que assim compra os produtos a um preço mais baixo e tem acesso a bens e serviços que antes era de difícil alcance, por outro lado cria uma instabilidade económica mundial que se contagia a todos os países do mundo.

Joseph Stiglitz serve-se da sua experiência como consultor (antigo consultor, parece-nos) do Banco Mundial e ex-Presidente do Conselho de Consultores Económicos do Presidente Bill Clinton e dá o exemplo de alguns países onde se registaram casos de sucesso e outros onde a globalização foi uma autêntica desilusão. Um exemplo claro de que a globalização é mais do que a aplicação das medidas impostas pelo FMI/BM e o *Consenso de Washington* é o caso de insucesso da Rússia e o caso de sucesso da China. A Rússia foi a desilusão que emanou dos escombros desta batalha a favor de uma economia de mercado. E a quem atribuir as culpas pelo seu fracasso? Podemos dizer que os Estados Unidos não estavam interessados em ajudar uma vez que a recuperação da Rússia podia ser desvantajosa (a guerra-fria pode

ter terminado mas os sinais ainda são visíveis), podemos dizer que a culpa foi do FMI que não previu as consequências. Mas na realidade a culpa é dos dirigentes russos uma vez que foram eles que endividaram o país, privatizaram sem regras e pediram empréstimos sem terem como os pagar.

Neste período de transição pós-guerra fria e queda do regime soviético, antes de se aventurar na aventura da democracia e economia de mercado, a Rússia devia ter revisto e preparado todas as instituições políticas e económicas. A Rússia tinha passado os últimos 70 anos sob o jugo da política de Estaline e do planeamento central, onde até o preço das sementes era ditado pelo Estado e não pelo preço do mercado, antes disso tinha passado séculos de autocracia e de servidão, onde a maioria da população era constituída por campesinato sem liberdade. Como ensinar as pessoas a viver em democracia? A primeira coisa a ser feita devia ter sido a mudança de mentalidade das pessoas.

Em segundo lugar, a economia russa depende do preço dos produtos petrolíferos. Quando estes caem, como aconteceu em meados nos anos 1990, arrasam a economia de qualquer país e a Rússia não é excepção. Mas a própria comunidade internacional não ajudou. A Rússia deveria ter estabilizado a moeda e a comunidade internacional deveria ter cancelado o pagamento das dívidas da Rússia, mas não o fez. A estabilização fracassou e as privatizações tornaram-se uma actividade desenhonrada e criminosa. De um momento para o outro vimos nascerem novos-ricos que haviam comprado campos petrolíferos, mas sem que o dinheiro das privatizações entrasse nos cofres do Estado para apoio aos reformados e aos desempregados. Se no início dos anos 1990 os russos estavam optimistas em relação à democracia e a economia de mercado, actualmente os russos estão pessimistas e procuram novamente o poder centralizador. Como pode a democracia combater séculos de autoritarismo, como pode a economia de mercado suplantar uma economia centralizadora com uma história longa? As tendências para-autoritárias permanecem fortes. Embora o presidente Putin governe com a fachada do constitucionalismo e da democracia pluripartidária, conseguiu também centralizar o poder, dominar os media e calar a oposição independente.

A China foi e continua a ser o caso de sucesso e um exemplo a seguir. Apesar da forte ligação comunista entre os dois países, o facto é que ambos optaram por estruturas económicas diferentes. A China tinha uma posição mais vantajosa em relação à Rússia, o que tornou

mais fácil a abertura dos mercados. Entre as várias condições, registre-se o seguinte:

- A economia russa tinha dívida externa muito elevada, ao passo que a economia chinesa não tinha;
- A China possui uma vasta costa marítima, o que favorece as exportações e a Rússia não possui;
- A China tinha uma vasta comunidade chinesa no exterior que actuaram como investidores estrangeiros, mas tal não se verificava na Rússia;
- A Rússia ficou afectada com o decréscimo do preço dos produtos petrolíferos e a China não;
- A Rússia utilizou tecnologia incompatível com as do Ocidente (UE, EUA e Japão) ao passo que a China tentou adaptar-se a elas.

Todas estas reformas tornaram mais difícil as reformas na Rússia do que na China. Mas isso não quer dizer que as medidas adoptadas num país não pudessem ter sido adoptadas noutro desde que se tivesse em conta as condições a que estavam a ser aplicadas. Mas o facto é que a China implementou medidas de forma gradual e muitas vezes indo contra as indicações do FMI. A Rússia fez precisamente o contrário e neste momento trava uma batalha para se reerguer da queda.

E qual o papel dos países africanos no meio de todo este processo? Pode-se dizer que estes países quase não têm voz. O atraso que registam a todos os níveis em relação aos países mais ricos tem dificultado a integração dos mesmos neste sistema mundial e na maioria dos casos tem mesmo piorado a situação em que vivem as populações mais pobres. Nestes países a globalização tem contribuído para enriquecer os bolsos de uma elite cada vez mais rica em detrimento de uma população cada vez mais pobre, registando-se assim um número crescente do desrespeito dos direitos humanos.

Outro factor que não tem sido levado em conta em todo este processo é o factor ambiental. Na ânsia de produzirem e venderem cada vez mais as empresas e as instituições internacionais têm descurado a preservação do meio ambiente. A continuarmos assim os recursos que já estão à beira da ruptura esgotarão mais depressa do que estamos a espera e o ecossistema degradado será quase impossível de ser salvo. É preciso darmos mais valor à vida humana, as tradições dos homens, ao ambiente que nos cerca e não nos concentrarmos só em políticas económicas, mas sobretudo, é preciso ensinarmos isso

às instituições internacionais, fazê-las ver que o seu caminho não é totalmente errado mas que também tem falhas que precisam de ser corrigidos, que a vida humana é mais importante porque sem ela de que servem as suas medidas de austeridade?

Ermelinda Liberato

Doutorada em Estudos Africanos: Desenvolvimento económico e social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), onde defendeu a tese intitulada *Educação e desenvolvimento em Angola: A formação de quadros angolanos em Portugal e no Brasil* (2013); Mestre em Estudos Africanos pela mesma instituição universitária, com uma dissertação intitulada *Estratégias de sobrevivência e modos de vida da pobreza em Luanda* (2008). É licenciada em Tradução pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). É actualmente Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia (DS) da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), em Luanda, onde ministra, no curso de Sociologia, as cadeiras de Laboratório, Seminários de trabalho de fim de curso, Etnossociologia de Angola, Sociologia da cultura e Angola contemporânea; é investigadora do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL).

No âmbito dos estudos africanos, as suas áreas de interesse debruçam-se sobre a realidade angolana e envolvem múltiplas questões como as de desenvolvimento, cooperação, desigualdades, *labour*, problemática do género, filosofia, capital humano e social, etnosociologia. Publicou, entre outros, os seguintes materiais: «Formação de quadros angolanos: partir ou ficar em Angola?» (in *Novas formas de cooperação: Espaços de convergência nos Países Lusófonos. Atas do XXI Encontro da AULP*, Bragança, 2011, pp. 105-117); com Margarida Faria, «Generational shifts in Angolan students migrations to Portugal: “Grant students”, “inheritors” and “new students”» (*Creative Education*, n.º 5, Setembro 2014, pp. 1512-1522); «Estado e sociedade civil em Angola: A mulher rural em foco», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), vol. IV, n.º 8, Novembro de 2014, pp. 507-524 (em colaboração).

[E-mail: ermelinda.liberato@gmail.com]